5 — Os materiais a ceder serão levados ao requerente pelos serviços da Câmara Municipal.

6 — Caso se verifiquem situações em que as obras ou trabalhos estejam sujeitos a licença, autorização ou comunicação prévia, nos termos da legislação respectiva, o apoio só será concedido após a respectiva emissão de licença, autorização ou decisão de confirmação de que os trabalhos ou obras a executar estão no âmbito da comunicação prévia ou, em alternativa, que tais trabalhos estão isentos ou dispensados de pagamento de qualquer taxa.

Artigo 9.º

Execução das obras

1 — O início das obras devem efectuar-se no prazo de 15 dias a partir da data da recepção dos materiais concedidos ou da notificação de outros apoios deferidos, devendo terminar no prazo máximo de quatro meses, excepcionando-se os casos devidamente justificados e aceites pela Câmara Municipal.

2 — O término das obras deverá ser comunicado à Câmara Municipal, no prazo máximo de oito dias após a conclusão das mesmas, para que se possa aferir, efectivamente, da sua conclusão nos termos do número anterior e do n.º 2 do artigo 7.º

3 — Caso os prazos referidos nos números anteriores não sejam cumpridos, será efectuada uma vistoria pelos serviços da Câmara Municipal, passando a aplicar-se as medidas necessárias ao caso concreto, nomeadamente as sanções constantes do artigo 7.º do presente Regulamento que se mostrem adequadas.

Artigo 10.º

Fim das habitações intervencionadas

As habitações intervencionadas que tenham sido custeadas ao abrigo do presente Regulamento destinam-se a habitação própria e permanente dos beneficiários e do respectivo agregado familiar.

Artigo 11.º

Interpretação e omissões

Quaisquer omissões, dúvidas ou dificuldades de interpretação do presente Regulamento serão decididas por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a data da sua publicação.

6 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível.*)

ANEXO I

Número de pessoas do agregado	Rendimento anual máximo
Uma pessoa	Um salário mínimo nacional×12 meses.
Duas pessoas	Uma vez e meia o salário mínimo nacional×12 meses.
Três pessoas	Duas vezes o salário mínimo nacional×12 meses.

A partir deste número por soma de meio salário mínimo por cada pessoa.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA

Aviso n.º 4463/2006 — AP

Alteração pontual ao PDM de Tavira — Discussão pública

Torna-se público, para efeitos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, em conjugação com o n.º 26.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril, que se encontra aberto a partir do 15.º dia útil a seguir à publicação deste aviso no *Diário da República*, 2.ª série, e durante um período de 44 dias úteis, o período de discussão pública da proposta de alteração pontual ao PDM de Tavira, que estará exposto no edifício sede da Câmara Municipal

de Tavira e nos edifícios das juntas de freguesias do concelho, onde poderá ser consultada, nas horas normais de expediente, devendo qualquer reclamação, observação ou sugestão ser apresentada por escrito em impressos próprios existentes para o efeito na Câmara Municipal de Tavira e juntas de freguesia do concelho, e por carta dirigida à Câmara Municipal de Tavira, com identificação expressa de discussão pública da alteração pontual ao PDM de Tavira, com identificação da morada/contacto do signatário para efeitos de resposta, caso se justifique, durante o período referido.

15 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Macário Correia.*

CÂMARA MUNICIPAL DE VALPAÇOS

Rectificação n.º 187/2006 — AP

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 4415/2006 — AP, publicado no apêndice n.º 73/2006 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 22 de Setembro de 2006, parte H, rectifica-se que onde se lê «Neste sentido, e após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a discussão pública será iniciada em 18 de Setembro e terminará a 24 de Novembro (45 dias úteis).» deve ler-se «Neste sentido, e 15 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a discussão pública encontra-se aberta por um período de 45 dias úteis.»

22 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Baptista Tavares.*

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

Aviso n.º 4464/2006 — AP

Projecto de regulamento interno do Museu de Vila do Conde, regulamento da política de incorporações e tabelas de bilheteira

Inquérito público

O engenheiro Mário Hermenegildo Moreira de Almeida, presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, em cumprimento da deliberação tomada por esta Câmara Municipal em reunião realizada em 3 de Agosto de 2006, torna públicos o regulamento interno do Museu de Vila do Conde, o regulamento da política de incorporações e as tabelas de bilheteira, anexos ao presente aviso e do qual fazem parte integrante, para apreciação pública, nos termos do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo.

8 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Mário Almeida.*

Regulamento interno do Museu de Vila do Conde

Preâmbulo

O Museu de Vila do Conde, também designado pela sigla MVC, foi legalmente fundado em reunião de executivo municipal no dia 30 de Agosto de 2001.

O Museu de Vila do Conde é uma estrutura polinucleada, com o núcleo sede e núcleos temáticos disseminados por diversos pontos do concelho de Vila do Conde.

O presente regulamento estabelece as normas de funcionamento do MVC, de acordo com a Lei Quadro dos Museus Portugueses — Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Colecções

1 — A colecção do Museu de Vila do Conde (MVC) é composta por património histórico cultural móvel reportado ao concelho de Vila do Conde.

2 — Para além das colecções histórico-etnográficas e artísticas, fazem parte do acervo colecções que se reportam às especificidades de cada núcleo temático que integra o MVC.

Artigo 2.º

Localização

Sendo o MVC uma estrutura polinucleada, tem as seguintes localizações:

1) Núcleo central do Museu de Vila do Conde, Centro de Memória, Largo de São Sebastião, 4480-706 Vila do Conde;